



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2418

1 Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e dez reuniram-se, em caráter **ordinário**, às dezoito horas e trinta minutos, na
2 Sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta capital, os
3 seguintes Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental: **Márcio Bins Ely**, Secretário da
4 Secretaria de Planejamento Municipal e presidindo os trabalhos; **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação
5 Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional; **Rogério G. de Los Santos**, primeiro suplente do Departamento Municipal
6 de Habitação; **Maria da Graça Valle Silveira**, titular da Empresa Pública de Transportes e Circulação; **Maria do Carmo**
7 **Lebsa**, primeira suplente do Gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria do Planejamento Municipal;
8 **René de Souza**, titular da secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico; **Gilmara Muller**, segunda suplente
9 da Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Margareth Vasata Macchi**, titular da Associação Brasileira de Engenharia
10 Sanitária e Ambiental; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura; **José**
11 **Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos Advogados de Direito Imobiliário Empresarial; **Jaime Rodrigues**,
12 titular do Instituto de Planejamento e Estudos Sócio Ambientais; **José Luis Seabra Domingues**, titular da Ordem dos
13 Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul; **Paulo Bins Ely**, titular do Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**,
14 titular do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Diogo Schiaffino**, titular da
15 Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Ibirá Santos Lucas**, titular, e **Júlio César Cárdua**, segundo suplente
16 da Região de Planejamento Um; **Lotar Markus**, titular, e **Osório Queiroz Júnior**, primeiro suplente da Região de
17 Planejamento Dois; **Ana Paula Borges Alves**, titular da Região de Planejamento Três; **Clarita Parizotto**, titular da
18 Região de Planejamento Quatro; **Sérgio do Amaral**, primeiro suplente da Região de Planejamento Cinco; **Arno**
19 **Claudio Trapp**, segundo suplente da Região de Planejamento Seis; **Eduíno de Mattos**, titular da Região de
20 Planejamento Sete; **Dalcina Vargas**, titular, e **Leonite Ana Gheno**, segunda suplente da Região de Planejamento
21 Oito; **Valdir Diego Brazeiro**, titular, e **Alceu Rosa da Silva**, primeiro suplente da Temática Organização da Cidade
22 Desenvolvimento Urbano, e **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** fez a
23 abertura da sessão. Informou sobre a sanção e vetos parciais ao Plano Diretor, que aconteceria na quinta-feira
24 próxima, às dez horas da manhã, e convidou a todos a comparecerem. Falou ainda sobre o falecimento de Ervino
25 Besson, que respondia pela Secretaria Extraordinária da Copa. Falou sobre o seu mérito, sobre ter sido vereador
26 por quatro mandatos e sobre o seu comprometimento social. Foi feito um minuto de silêncio em sua homenagem.
27 **Presidente** questionou se havia solicitação de retificação à ata da última reunião. Conselheiro **Arno**, por solicitação
28 do Conselheiro Ronaldo, solicitou que na fala da linha trinta e seis e trinta e sete da folha um constasse o número
29 do processo referido, que era o 002.280591.00.0, do *Sam's Club*, assim como que o mesmo se localizava na
30 Avenida Cavalhada, número 4656. Conselheiro **Jorge** informou que não constou em ata a manifestação que fez
31 sugerindo que o processo das AEIS pudesse ser aprovado parcialmente, em concordância com o que falaram
32 René e Dalcina, e para beneficiar áreas que não acusavam para insatisfações das Regiões de Planejamento. A ata
33 com as retificações propostas foi colocada em votação e foi aprovada por vinte votos favoráveis, nenhum voto
34 contrário e três abstenções. **Presidente** deu início às **comunicações**. Conselheiro **Arno** agradeceu a presença da
35 EPTC em reunião da RP6 realizada na quarta-feira última. Informou que foi feita apresentação de qualidade,
36 relativa à mobilidade urbana e particularmente puderam ser abordadas questões relativas ao tráfego na região.
37 Informou sobre o controle de qualidade realizado pela EPTC em alguns aspectos, estes que muitas vezes não são
38 do conhecimento de todos. Disse que questões relacionadas a gravames e planejamento de abertura de ruas,
39 mesmo relacionadas ao tráfego, foram referidas como sendo de responsabilidade da SPM. Conselheiro **Euclésio**
40 agradeceu a EPTC pela abertura da Rua Ramiro Barcelos em seu cruzamento com a Avenida Osvaldo Aranha.
41 Disse que esta era uma demanda antiga da comunidade há bastantes anos. Referiu a participação do Secretário
42 Romano Bottin nesta iniciativa. Solicitou atenção da Empresa sobre a utilização do prolongamento da Avenida
43 Borges de Medeiros onde se encontra com a Avenida Mauá. Referiu que o CMDUA aprovou medida que envolvia
44 a área, contudo com a condicionante de que fosse utilizada para o escoamento do tráfego, e não para
45 estacionamento. Conselheira **Leonite** denunciou a falta de sinalização na estrada que chega à capital via Canoas,
46 e da dificuldade que representa para aqueles que não conhecem a cidade. Falou ainda sobre a falta de sinalização
47 no interior da cidade, no que tange a delimitação de bairros e outras questões. Questionou de quem era a
48 responsabilidade. **Presidente** informou sobre os trabalhos do GT Bairros, existente na SPM, que possibilitará
49 debate importante sobre o assunto. Ainda informou sobre a parceria existente entre a SPM e Secretaria do
50 Turismo, a qual possibilitou a utilização de recursos por três Grupos de Trabalho da SPM, os quais eram: o GT
51 Orla, GT Centro e GT Quarto Distrito, para a contemplação dos Termos de Referências dos Terminais Turísticos
52 Hidroviário e Rodoviário e para o Bonde. Falou que os recursos foram liberados. Conselheira **Maria da Graça**
53 respondeu ao questionamento da Conselheira Leonite informando que a sinalização em estradas federais é de
54 responsabilidade do DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, e que em estradas
55 estaduais é de responsabilidade do DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. Disse que em
56 relação às placas com indicação dos bairros da cidade, a EPTC aguarda ainda finalização de estudos sobre as
57 delimitações. **Presidente** deu início à **Ordem do Dia**. Informou que houve solicitação de inversão de pauta, para a
58 priorização dos processos Quatro Ponto Quatorze - que tratava de resolução envolvida nas obras do Túnel da
59 Conceição, e que contava com a presença da EPTC para fazer apresentação - assim como do processo Quatro
60 Ponto Sete, que tratava do Gravame de AEIS. A solicitação de inversão de pauta foi colocada em votação e a



ATA N.º 2418

1 mesma foi aprovada por vinte e um votos favoráveis, dois votos contrários e duas abstenções. **Processo Quatro**
2 **Ponto Quatorze.** Expediente número 002.071770.10.0, relator: RP1. Interessado: CPU/SDU/SPM; assunto:
3 Resolução – Alteração de Gravame de Traçado Viário; local: Prolongamento da Rua Barros Cassal e da Rua
4 Conceição. Conselheiro **Ibirá**, relator do processo, informou sobre a intenção e tentativas frustradas da RP1 em
5 receber a EPTC no Fórum antes da apreciação do processo pelo Conselho. Por este motivo falou da
6 impossibilidade de aprovar o processo na presente data. **Presidente** solicitou que fosse considerada a importância
7 da aprovação para o início das obras. Conselheiro **Ibirá** informou da sua responsabilidade junto à comunidade do
8 Fórum. Conselheiro **Breno** referiu que a resolução envolvia situação simples e pontual, mas importante para
9 possibilitar as obras. Sugeriu que pudesse ser feita a apreciação e que fosse mantida a apresentação da EPTC no
10 Fórum da RP1, e que o conselheiro pudesse chamar para si a responsabilidade de representar a região.
11 Conselheiro **Ibirá** opinou que a resolução era um detalhe, mas que interferia de forma significativa no todo.
12 Solicitou compreensão à responsabilidade que tem de levar o assunto ao Fórum da RP1. **Presidente** questionou se
13 o relator gostaria que a EPTC mantivesse a apresentação preparada para a reunião do dia. Conselheiro **Ibirá**
14 respondeu que sim. A Gerente de Planejamento de Trânsito e Circulação, Arquiteta **Carla Meinecke**, fez
15 apresentação com projeção de imagens sobre as alterações no trânsito em função das obras de reforma do túnel
16 da Conceição. Informou diversos aspectos e detalhes envolvidos no planejamento das alterações viárias. Dentre
17 estes, informou prazos, tempo estimado, bloqueio parcial do túnel, sentido do tráfego, organização e objetivos das
18 alternativas viárias ao escoamento viário. Informou sobre o controle tecnológico e referiu nova configuração para o
19 embarque e desembarque no Terminal Rodoviário. Deu outros detalhes. Conselheiro **Dino** questionou como ficaria
20 o trajeto dos ônibus. Arquiteta **Carla Meinecke** informou que teriam prioridade no que tange o trânsito pelo túnel,
21 sendo criadas as rotas alternativas para os veículos de passeio. Conselheiro **Ibirá** questionou o que foi referido
22 para a região lateral da rodoviária e ponto de táxi. Arquiteta **Carla Meinecke** respondeu. Conselheiro **Ibirá**
23 questionou se havia erro de grafia no projeto do processo, e foi verificada a necessidade de refazer planta
24 impressa. Delegado da RP1, e representante dos usuários do Parque Farroupilha, pediu a palavra e o pedido foi
25 aprovado pelo Conselho. Delegado da RP1 **Roberto Jakubaszko** questionou a rota dos ônibus, se posicionando
26 contrário à utilização da Rua Setembrino, sob a justificativa de deterioração do Parque e da necessidade de
27 preservação do mesmo. Questionou se o parque era tombado. Conselheira **Maria da Graça** informou que o parque
28 era tombado, em seu limite da rua, existindo a possibilidade e necessidade de utilização da referida via para o
29 escoamento do trânsito. Não havendo outras manifestações, Conselheiro **Ibirá** manteve o pedido de maior prazo
30 para a apreciação. O processo foi encaminhado para diligências junto à RP1. **Processo Quatro Ponto Sete.**
31 Expediente número 002.072484.10.1, relator: AGADIE. Interessado: Município de Porto Alegre; assunto: Minuta de Lei
32 Complementar – Gravame de AEIS. Processo retornou das diligências à SPM. Conselheiro **Euclésio**, relator do processo, leu a
33 manifestação da Conselheira **Maria do Carmo**, a qual referia que fora redigida nova minuta de lei, anexada ao processo, com a
34 inserção de duas novas áreas para o gravame de AEIS III, estas pertencentes ao DEMHAB e para o reassentamento da Vila
35 Nazaré. Referiu alteração nos artigos quinze e dezesseis, visto que os mesmos estavam alterando os limites da Lei da Lomba.
36 Referiu também que fora encaminhado e-mail em resposta aos questionamentos da Conselheira **Dalcina** e que, referente às
37 áreas sugeridas por outros conselheiros, verificou-se que se tratavam de áreas privadas ocupadas, e por isso de Regularização
38 Fundiária. Informou que nestes casos o trâmite deve ser feito através da Gerência de Regularização de Loteamentos.
39 Conselheiro **Arno** manifestou contrariedade com gravame de uma das áreas da RP6, que se referia à Rua dos Schneider.
40 Informou que o Plano Diretor caracteriza a área como de Preservação Ambiental – APAM, e que por este motivo possui regime
41 urbanístico muito diferenciado do sugerido em caso de gravame de AEIS. Se manifestou absolutamente contrário ao gravame da
42 área. Deu outros detalhes sobre a referida área, esta apresentada no artigo dezoito e anexo também dezoito da minuta de lei
43 apreciada. Conselheira **Dalcina** disse que alguns dos seus questionamentos foram respondidos - sendo informados, por
44 exemplo, o número de lotes e tipos de projetos previstos para algumas das áreas, mas que outros não foram informados. Disse
45 que foi publicada propaganda em jornal do bairro, de empreendimento com dez pavimentos em uma das áreas. Questionou
46 divulgação de projeto de edificação antes mesmo do conhecimento da CAADHAP. Conselheira **Maria do Carmo** informou
47 que o tipo de publicação não garante a legalidade do anunciado. Empreendedor do projeto divulgado, que estava presente na
48 reunião, esclareceu que o mesmo representava a idéia inicial de projeto, onde os dez andares foram necessários como forma de
49 preservar maior área entre os edifícios e possibilitar maior ventilação. Seguiram os questionamentos e esclarecimentos, tendo a
50 Conselheira **Dalcina** referido a área do *Unidão*, e **Maria do Carmo** reiterado que ainda não existe projeto para aprovação.
51 Conselheira **Dalcina** questionou a falta de manifestação formal da Prefeitura sobre a garantia de que existiriam os equipamentos
52 públicos necessários ao recebimento de moradores nas áreas. Conselheira **Maria do Carmo** informou que não existe a previsão
53 na presente minuta, tendo em vista a existência de outras legislações que estipulem esse compromisso. Referiu-as,
54 particularmente o próprio Plano Diretor. Conselheiro **Arno** reiterou que existe a preocupação da comunidade em saber o que de
55 fato será empreendido nas áreas gravadas. Conselheira **Clarita** salientou que a Conselheira Rosane se comprometeu em tentar
56 incluir no processo uma proposta para a permanência das famílias que residem há mais de cinco anos e que têm cadastro no
57 DEMHAB, em área da RP4. Conselheiro **Euclésio** referiu a impossibilidade de a presente lei estipular especificidades de áreas
58 determinadas. Conselheira **Clarita** informou que a referida área se tornou particular em razão de recompra. Conselheiro **Arno**
59 reiterou que o Regime Urbanístico proposto na Minuta acarretava em aumento significativo de área de aproveitamento em
60 regiões que, conforme o Plano Diretor, são de ocupação rarefeita. Conselheiro **Jaime** referiu a importância de não se gravar



ATA N.º 2418

1 áreas muito grandes ou isoladas, sob pena de se formarem guetos. Falou sobre a importância de se considerar a existência de
2 áreas que já contam com equipamentos públicos disponíveis. Manifestou-se favorável à aprovação, mas considerando a
3 necessidade de se fazer correções e de se ter atenção às contradições apontadas pela RP8 e RP6. Conselheiro **Valdir Diego**
4 falou sobre a vitória que representam os gravames para a comunidade e sobre o seu papel no combate ao que chamou de maior
5 problema social do país, que é a falta de habitação. Reiterou a necessidade de atenção aos prazos, referindo que a votação do
6 processo estava prevista já para a última reunião. **Presidente** reafirmou a necessidade de atenção ao prazo, à relevância do
7 processo, ao número elevado de pessoas beneficiadas e à responsabilidade do Conselho. Reiterou a existência de famílias
8 cadastradas junto ao DEMHAB que aguardam pela oportunidade de obterem a casa própria. Conselheiro **Jorge** sugeriu que
9 pudessem ser aprovadas pelo menos as áreas que não geraram manifestações contrárias ao Gravame. **Presidente** informou que
10 não fora apresentado encaminhamento formal por parte do Conselho para que o processo pudesse ser aprovado parcialmente.
11 Conselheiro **Euclésio** reafirmou que o documento entregue pelas Regiões de Planejamento se referia à sugestão de elaboração
12 de novo projeto de habitação popular, que fora encaminhado ao prefeito e que poderia culminar em nova elaboração, mas que
13 não implicava em sugestão de alteração específica para o processo apreciado. Conselheira **Leonite** apoiou a idéia de o processo
14 ser aprovado parcialmente. Referiu problema com os moradores do Loteamento *Clara Nunes*. **Presidente** reiterou que as áreas
15 invadidas deram origem a loteamentos clandestinos e que por este motivo não foram garantidos os equipamentos públicos.
16 Reiterou a existência de legislação que prevê a destinação de áreas a equipamentos, questão que seria tratada em momento
17 posterior, quando da aprovação dos projetos. Conselheira **Leonite** se posicionou contrária à aprovação de área sugerida na RP8,
18 pela distância elevada do centro da cidade, esta de quarenta e cinco quilômetros. Disse que já se tem exemplo na Ponta Grossa
19 de que a distância elevada acarreta a dificuldade das mulheres se deslocarem ao trabalho diariamente, gerando desemprego.
20 Seguiram as discussões. Conselheiro **Arno** reiterou a sugestão de que a área na Rua dos Schneider fosse excluída do projeto.
21 Conselheira **Dalcina** reiterou sugestão de que área da Família Lago fosse excluída do projeto. Conselheiro **Jaime** defendeu a
22 necessidade de serem identificadas áreas públicas - municipais, estaduais e federais, para receberem o gravame de AEIS.
23 **Presidente** lembrou que quando o processo tramitar na Câmara de Vereadores, poderão ser sugeridas novas áreas. **Presidente**
24 sugeriu que o processo fosse votado da forma como se encontrava, e que fossem devidamente registradas em ata as
25 manifestações dos conselheiros, para que posteriormente pudessem ser feitas as discussões e os encaminhamentos necessários
26 junto ao Prefeito. Conselheiro **Eduíno** falou da importância de que houvesse a aprovação da lei para beneficiar a comunidade.
27 Referiu o estado de urgência que se encontravam os moradores do *São Guilherme II e III*. Referiu a importância para a inserção
28 social, para a preservação do meio ambiente, e o longo período pelo qual se arrasta o processo de regularização da área referida.
29 Conselheiro **Lotar** falou que não fora previsto gravame para a área das ilhas e da importância de que pudesse ser aproveitada
30 essa oportunidade para beneficiar a região. Falou ainda que a área prevista para gravame na RP2 não é suficiente para atender a
31 necessidade da região. Reiterou sua sugestão de que fosse gravada área do exército, que se encontrava ociosa e que se
32 localizava próxima do centro. **Presidente** reiterou que existirá a possibilidade tanto de inclusão quanto de exclusão de áreas
33 quando o processo for apreciado na Câmara. Delegado **Heverson**, da RP8, pediu a palavra e o pedido foi aprovado. Falou sobre
34 a previsão no Plano Diretor de existência de Audiência Pública que anteceda a instituição de AEIS. Falou ainda sobre a
35 realização de reunião do Fórum da RP8, na semana anterior, para tratar do gravame das áreas na RP8. Disse que a mesma se
36 prolongou até às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos pela dificuldade em esclarecer a comunidade sobre a escolha de
37 áreas sem equipamentos públicos. Falou sobre o que prevê o artigo trinta e cinco do Plano Diretor, que se refere à
38 responsabilidade do governo em prestar esclarecimentos à comunidade, e convidou o secretário para comparecer na RP8.
39 Reiterou que a região não permitirá que o governo não se comprometa em equipar devidamente a região. Conselheiro **Arno**
40 opinou que o Conselho não tenha o direito de aprovar uma lei que apresentava erros, remetendo também às manifestações
41 apresentadas pela RP8. Reiterou a solicitação de exclusão da área do Beco do Schneider. Conselheiro **Jaime** cumprimentou o
42 presidente pela sensibilidade de encaminhar a aprovação do processo com a observação de que existe a necessidade de
43 melhoramentos. Solicitou que constasse em ata a necessidade de busca por áreas do governo para serem gravadas. Conselheiro
44 **Valdir Diego** informou que o OCDUA já se colocou à disposição para informar áreas existentes para serem gravadas.
45 Convidou a SPM para compor este trabalho. Conselheira **Dalcina** informou que entregou ofício ao Secretário solicitando o
46 gravame de outras áreas na região. **Presidente** agradeceu a consideração e compreensão dos conselheiros em reconhecer a
47 importância de votar o processo. Conselheiro **Euclésio** leu o seu parecer favorável e o mesmo foi aprovado por vinte e um votos
48 favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. Pelo adiantado da hora, os demais processos constantes em pauta
49 foram adiados, os quais eram: **Processo Quatro Ponto Um**. Expediente número 002.258164.00.7, relator: RP 5.
50 Interessado: Frigoconsult Eng Int.; assunto: EVU de Edificação; local: Rua Capivari, 1040. Adiado. **Processo Quatro Ponto**
51 **Dois**. Expediente número 002.261408.00.1, relator: RP7. Interessado: Nextel; assunto: ERB "Rooftop"; local: Rua Vinte e
52 Quatro de Outubro, 1611 e 1623. Adiado. **Processo Quatro Ponto Três**. Expediente número 002.301694.00.3, relator: RP8.
53 Interessado: Viação Teresópolis Cavallhada LTDA; assunto: Termo de Referência; local: Avenida Cristiano Kraemer. Adiado.
54 **Processo Quatro Ponto Quatro**. Expediente número 002.222596.00.4, relator: EPTC. Interessado: Condor; assunto: EVU de
55 Loteamento e Edificação; local: Avenida Bento Gonçalves, 8583. Adiado. **Processo Quatro Ponto Cinco**. Expediente número:
56 002.317851.00.0, relator: GP. Interessado: Alcea Empreendimentos; assunto: EVU de Edificação; local: Avenida Cristiano
57 Fischer, 1402. Adiado. **Processo Quatro Ponto Seis**. Expediente número 002.320938.00.5, relator: SPM. Interessado: Alcea
58 Empreendimentos; assunto: EVU de Edificação; local: Rua Três Mil Duzentos e Onze, 99. Adiado. **Processo Quatro Ponto**
59 **Oito**. Expediente número 002.251627.00.6, relator: ABES. Interessado: CLARO; assunto: ERB - "Rooftop"; local: Avenida



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2418

1 Assis Brasil, 3532. Adiado. **Processo Quatro Ponto Nove**. Expediente número 002.305812.00.3, relator: IPES. Interessado:
2 Bruno José Nichele; assunto: EVU de condomínio; local: Estrada Jorge Pereira Nunes, 1350. Adiado. **Processo Quatro Ponto**
3 **Dez**. Expediente número 002.320104.00.0, relator: SINDUSCON. Interessado: Apart-Administração e Participação; assunto:
4 EVU de Condomínio; local: Estrada da Ponta Grossa, 4440. Adiado. **Processo Quatro Ponto Onze**. Expediente número:
5 002.291251.00.1, relator: OAB. Interessado: CLARO; assunto: ERB – “Rooftop”; local: Avenida José Gertum, 521. Adiado.
6 **Processo Quatro Ponto Doze**. Expediente número: 002.070217.10.6, relator: Sindimóveis. Interessado: Ubirajara Mencia -
7 requerente; assunto: Valores de índices; local: Fernando Jorge Schneider, 285. Adiado. **Processo Quatro Ponto Treze**.
8 Expediente número 002.289359.00.2, relator: SERGS. Interessado: CPU/SDU/SPM; assunto: Resolução – Inclusão de Gravame
9 de Traçado Viário. Local: Beco B Rua Rio Grande. Adiado. **Processo Quatro Ponto Quinze**. Expediente número
10 002.072879.00.6, relator: RP2. Interessado: CPU/SDU/SPM. Assunto: Resolução – Inclusão de Gravame de Traçado Viário.
11 Local: Rua C e Rua 6064 no Bairro Agronomia. Adiado. **Presidente** deu início aos **Assuntos Gerais**. Conselheira **Ana Paula**
12 justificou o seu atraso na reunião do dia, informando que enfrentou engarrafamento na Avenida Castelo Branco. Conselheiro
13 **Valdir Diego** informou a criação da Associação Cristiano Fisher. **Presidente** informou que no dia seguinte haveria o
14 sepultamento de Ervino Besson, às dez horas da manhã. Conselheiro **Diego** disse do seu pesar pelo falecimento do Vereador.
15 Conselheira **Leonite** falou do apoio que o vereador Ervino Besson sempre prestou aos moradores de Putinga e à Sociedade
16 Italiana da Restinga. Conselheiro **Jaime** disse da perda significativa que representava o falecimento do vereador, referindo o
17 seu respeito e admiração pelo mesmo. Às vinte horas e trinta minutos foram encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de
18 Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente com o **Presidente**, assino e lavro a presente ata.

19
20
21
22
23

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

Márcio Bins Ely
Presidente

24
25
26
27
28
29
30
31

Retificações a esta ata aprovadas na reunião do dia 27/07/2010:

Fl. 2, linha 42: Onde lê-se “Presevação Ambiental – APAM”, entenda-se por “Área de Proteção do Ambiente Natural – APAN”.

Fl. 3, linha 49: Onde lê-se “aprovar uma lei ”entenda-se por “aprovar uma *minuta* de lei”.